

Pinto, A. C. (1998). Memórias autobiográficas e cintilantes e o problema da datação. In Núcleo de Análise e Intervenção Educacional da FPCE da UC (Ed.), *Ensaio em homenagem a Joaquim Ferreira Gomes* (pp. 627-636). Coimbra: Livraria Minerva.

Memórias autobiográficas e cintilantes e o problema da datação

Amâncio da Costa Pinto

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação
Universidade do Porto

Quem não se recorda do primeiro dia da escola, a casa onde viveu na infância, o local do primeiro emprego, a cerimónia de casamento, o nascimento do filho, uma experiência afectiva marcante, uma viagem ou umas férias, a morte de um amigo ou a agonia de um familiar, uma doença, entre dezenas de outras experiências pessoais. Destas memórias, umas são mais nítidas e brilhantes, facilmente recordáveis, e capazes de desencadear a lembrança de outras memórias associadas devido ao seu carácter único, singular e exclusivo. Há outras experiências pessoais menos contrastantes e elaboradas, de acesso mais demorado, e que resultam de acontecimentos repetidos, como viagens de comboio ou avião, o dia a dia da escola, ou da casa onde se viveu na infância. Uma pessoa pode não ter uma recordação do primeiro dia de escola, mas é pouco provável que não tenha uma memória da passagem pela escola.

As experiências pessoais associadas a pessoas, acontecimentos, lugares, objectos e acções são componentes da memória autobiográfica (Rubin, 1986). São episódios e situações referenciados à pessoa que os viveu e presenciou e que sobre eles possui uma interpretação e significado. São experiências e pedaços da vida de cada um, em que o envolvimento pessoal é um sinal e uma marca. São experiências que formam a personalidade e definem a identidade de uma pessoa. Nós somos aquilo que recordámos. A memória é um factor gerador de identidade pessoal, como aliás brilhantemente referiu Alves dos Santos (1923) "A personalidade humana nem se

quer se poderá conceber independentemente da memória, porque é a memória que torna possível e inteligível a unidade e a identidade do eu".

A memória cintilante é um tipo especial de memória autobiográfica. É uma expressão proposta por Brown e Kulik (1977) para caracterizar um tipo de recordações muito vívidas, pormenorizadas e por vezes emocionais que as pessoas relatam ao descreverem o modo como tomaram conhecimento de um acontecimento único, surpreendente, dramático e altamente emocional. Brown e Kulik afirmaram que uma memória cintilante (em inglês, flashbulb memory) é semelhante a uma fotografia de uma cena, quando o flash da máquina é accionado, permitindo registar e preservar tudo o que é iluminado naquele instante.

Para os cidadãos dos EUA a notícia do assassinato do Presidente John Kennedy constituiu um exemplo típico de uma memória cintilante (Brown e Kulik, 1977). Neste e noutros países os investigadores analisaram ainda os seguintes acontecimentos: o assassinato de Lincoln (Colegrove, 1899), a resignação do Presidente Nixon (Winograd e Killinger, 1983), a tentativa de assassinio do Presidente Reagan (Pillemer, 1984), o desastre do vaivém espacial Challenger (Bohannon, 1988; Neisser e Harsch, 1992), o assassinato do PM Olof Palme (Christianson, 1989), a resignação da PM Margaret Thatcher (Conway et al., 1994), entre outros.

Embora não haja estudos do género em Portugal que sejam do meu conhecimento é provável que muitos portugueses tenham uma memória cintilante de alguns acontecimentos públicos, como "O dia 25 de Abril de 1974", "O desastre aéreo que vitimou Sá Carneiro em 4 de Dezembro de 1980", "A tentativa de atentado ao Papa João Paulo II em Fátima em 12 de Maio de 1982", "O massacre no cemitério de Sta. Cruz de Díli em Timor-Leste", "A viagem do barco Lusitânia Expresso ao mar de Timor-Leste e o bloqueio imposto pela armada indonésia", para referir apenas alguns.

Quando uma pessoa recorda um acontecimento deste tipo, normalmente é capaz de referir com grande nitidez informações pormenorizadas sobre o local onde estava quando recebeu a notícia, o que estava a fazer e como se sentiu, quem deu a informação e o que aconteceu a seguir.

Brown e Kulik (1977) propuseram um mecanismo neuronal especial que seria activado quando uma pessoa se encontra face a acontecimentos dramáticos, importantes e surpreendentes. A actuação deste mecanismo permitiria que o cenário da notícia ficasse "impresso" na memória. As recordações posteriores do acontecimento seriam no entanto já construções pessoais baseadas na impressão original e nas várias lembranças e repetições que entretanto ocorreram.

Neisser (1982) contestou a existência de um mecanismo fisiológico do

tipo proposto por Brown e Kulik e sugeriu que a preservação nítida das informações contidas nas memórias cintilantes resulta das lembranças e repetições frequentes que habitualmente ocorrem depois do acontecimento ter lugar.

Rubin e Kozin (1984) defenderam também na linha de Neisser que as memórias cintilantes não necessitam de nenhum mecanismo neuronal especial, porque não são necessariamente diferentes das outras memórias vívidas e salientes. A riqueza de informação, expressa nas memórias cintilantes, resultaria apenas dos processos de memória e dos processos cognitivos de repetição e lembranças periódicas, da elaboração e da organização.

Um dos problemas de investigação das memórias autobiográficas e das memórias cintilantes é a dificuldade de conferir a informação original. A recordação de um acontecimento que deu origem a uma memória autobiográfica ou cintilante é o resultado de várias construções, acrescentos e elaborações. O que é informação original e o que é informação posteriormente acrescentada é frequentemente impossível de determinar.

Uma das questões que tem sido objecto de investigação é a recordação da data de ocorrência de factos públicos, que pela sua natureza, importância e surpresa podem dar origem a memórias autobiográficas e cintilantes (Brown, Rips e Shevel, 1985). A data é um dado objectivo importante na referência a qualquer acontecimento. Neste sentido é importante saber qual o grau de recordação dos elementos temporais mais importantes como o ano, mês e dia, e no caso de haver erros de datação, averiguar quais os elementos de datação que são mais fáceis ou difíceis e analisar se as estimativas propostas são mais antigas ou mais recentes em relação à data real do acontecimento? Alguns resultados obtidos indicam que as estimativas de datação são mais recentes em relação à data real, revelando uma compactação do intervalo de tempo ou redução temporal. Este fenómeno é conhecido por telescopia temporal, aproximando acontecimentos passados do presente, de modo semelhante ao telescópio que aproxima da visão objectos distantes (Robinson, 1986; Thompson, Skowronski, e Lee, 1988).

Os resultados obtidos na literatura não são porém consensuais e esta falta de acordo pode ser originada, ou pelo facto das pessoas usarem sistemas de referência temporais diferentes, ou pelo facto de se analisarem em conjunto memórias autobiográficas e memórias cintilantes (Loftus e Marburger, 1983; Rubin e Baddeley, 1989). Pode acontecer também que as memórias cintilantes sejam imunes à telescopia temporal, ao contrário das memórias autobiográficas que poderão ter ligações mais frágeis a sistemas de referência pessoal, fragmentando-se e isolando-se mais rapidamente de outros episódios pessoais conexos.

Este estudo teve por objectivo analisar mais em pormenor a questão da recordação da data de dois acontecimentos públicos recentes que foram objecto de grande divulgação nos meios de comunicação social portugueses. Os acontecimentos públicos em análise foram "O massacre no cemitério de Sta. Cruz de Díli em Timor-Leste" que teve lugar em 12 de Novembro de 1991 e "A deslocação do navio Lusitânia Expresso ao mar de Timor para expressar pesar pelas vítimas do massacre e a ordem dada às 22h05, hora de Lisboa, do dia 10 de Março de 1992, pela marinha de guerra indonésia para o navio parar a uma milha das águas territoriais de Timor".

Método

Sujeitos: A amostra foi constituída por 160 estudantes universitários, dos quais 81% pertenciam ao género feminino e 88% tinham idades compreendidas entre os 17 e os 22 anos.

Instrumento e procedimento: Um questionário de 7 perguntas foi passado aos estudantes em grupos de cerca de 15 no período de 13 a 19 de Maio de 1997. O questionário pretendia examinar se os estudantes tiveram conhecimento do "Massacre de Sta. Cruz" e do "Bloqueio de entrada do navio Lusitânia Expresso no mar de Timor-Leste" na altura do acontecimento ou nos meses seguintes, qual a data destes dois acontecimentos com a possibilidade de indicarem duas respostas alternativas, e qual o grau de certeza das datas propostas.

Resultados

A pergunta sobre o "Massacre do cemitério de Sta. Cruz de Díli" revelou que um participante não teve conhecimento da ocorrência e 11 apenas tiveram conhecimento "alguns meses mais tarde". Estes 12 participantes foram eliminados da análise dos resultados, ficando a amostra reduzida a 148 participantes (93%) para análise posterior.

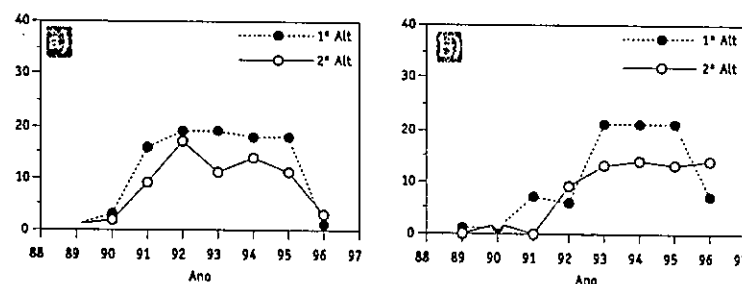


Figura 1: Distribuição percentual das respostas atribuídas ao ano de ocorrência do "Massacre de Sta. Cruz" (a) e ao ano da "Deslocação do barco Lusitânia Expresso a Timor-Leste" (b) com duas possibilidades alternativas de evocação.

Os resultados indicaram que o "ano, mês e dia" foi evocado correctamente apenas por 5%, o "ano e mês" por 9% e o "mês e dia" por 27%. Tendo em conta as respostas certas da primeira e segunda alternativas, os resultados aumentaram para 8, 15 e 31% respectivamente. Considerando a evocação correcta do "ano", independentemente do "mês" e este do "dia", a percentagem de evocações correctas para o "ano", "mês" e "dia" na primeira alternativa foi de 16, 45 e 30% respectivamente. Considerando o conjunto das duas alternativas, as percentagens aumentaram apenas para 21, 51 e 33% respectivamente. Estes resultados indicam que o período temporal mais fácil foi o "mês" e o mais difícil foi o "ano". No entanto o "ano" foi o período a que a maior parte dos participantes tentaram responder (95%), seguindo-se-lhe o "mês" (83%) e depois o "dia" (76%).

No que se refere ao grau de certeza das datas recordadas, a escala de 1 a 7 indicada no questionário foi dividida em dois grupos: Um grupo de "pouco certo" formado pelos valores 1, 2 e 3; e um grupo de "bastante certo" formado pelos valores 5, 6 e 7. Os participantes que se consideraram "bastante certos" para o "ano", "mês" e "dia" foram 63, 59 e 37% respectivamente. Em contraste consideraram-se "pouco certos" 28, 34 e 57% respectivamente. Apesar do grau de certeza expresso ser maior para o "ano", a evocação correcta do "ano" foi a mais difícil dos três períodos.

Na evocação do ano, os resultados indicaram ainda que os participantes compactaram ou reduziram o intervalo de tempo entre a data do acontecimento e a altura do preenchimento do questionário, conforme se pode observar na Fig. 1a para a primeira e segunda alternativas de datação. A Fig. 1a indica que os anos de 1992 a 1995 foram escolhidos cada um deles numa percentagem superior ao ano de ocorrência do acontecimento (1991), em ambas as alternativas de datação, revelando o efeito de telescopia temporal.

A segunda pergunta de datação referente ao "bloqueio de entrada do Lusitânia Expresso no mar de Timor-Leste", foi respondida por 117 participantes (73%) que indicaram ter tido conhecimento do facto na altura da ocorrência, constituindo este número a amostra de análise. Nenhum destes 117 participantes evocou correctamente na primeira alternativa a data referente aos conjuntos do "ano, mês e dia", "ano e mês" e "mês e dia". Na segunda alternativa ninguém acertou também no "ano, mês e dia" e no "mês e dia", tendo apenas 3% acertado no "ano e mês".

Considerando a evocação correcta do "ano", isoladamente do "mês" e este do "dia", a percentagem de evocações correctas para o "ano", "mês" e "dia" na primeira alternativa foi de 6, 6 e 3% respectivamente. Considerando o conjunto das 2 alternativas, as percentagens aumentaram apenas para

14, 12 e 5% respectivamente. Os resultados indicaram valores percentuais de evocação bastante baixos, provavelmente devidos ao acaso, sendo o "ano" o período melhor recordado e o "dia" o pior dos três períodos.

O grau de confiança na datação do acontecimento pode ser avaliado, quer pela percentagem de participantes que tentaram dar uma resposta, quer pelos valores expressos na escala de 1 a 7 sobre o grau de certeza. No que se refere ao número de participantes que responderam, as percentagens obtidas para o "ano", "mês" e "dia" foram respectivamente 83, 71 e 64%; No que se refere ao grau de certeza, consideraram-se "bastante certos" para o "ano", "mês" e "dia" respectivamente 47, 19 e 16% e "pouco certos" 36, 70 e 79% respectivamente. O "ano" foi o período a que uma maior percentagem de participantes tentou responder e que indicou também um grau de certeza mais elevado, em contraste com o "dia" que obteve os valores mais baixos nos dois parâmetros.

Na evocação do "ano" do acontecimento, voltou-se a observar o efeito de telescopia temporal com uma redução do intervalo de tempo entre a data do acontecimento e o momento de resposta do questionário, conforme se pode observar na Fig. 1b, para as duas alternativas de datação.

Discussão

Os dois acontecimentos públicos analisados neste estudo, apesar do seu grau de dramatismo, surpresa e importância concedida pela comunicação social portuguesa não foram recordados com grande precisão em termos de data. Especificamente o ano foi exageradamente aproximado do presente em ambos os acontecimentos, apesar de se ter analisado apenas os resultados dos participantes que indicaram ter tomado conhecimento na altura da ocorrência. Os resultados obtidos contrastam com a confiança expressa pelos sujeitos ao responderem em maior número ao ano, relativamente ao mês e ao dia, e ao atribuírem um grau de certeza maior para a resposta ao ano em relação às restantes categorias temporais. Os resultados provam que a precisão de recordação do ano não está associado ao grau de certeza avaliado.

Segundo Brown et al. (1985) as pessoas raramente têm um registo preciso das datas dos acontecimentos públicos, calculando a maior parte das vezes a data em vez de a recordar. As pessoas de um modo geral partem do pressuposto que a informação vai-se degradando progressivamente com a passagem do tempo e se a informação que se recorda for reduzida, o acontecimento é datado como sendo mais antigo do que realmente é. Porém quando a informação disponível é elevada, há a tendência para aproxi-

mar a data do acontecimento do momento presente. No caso dos dois acontecimentos analisados neste estudo, a explicação de Brown et al (1985) é plausível na medida em que o tema de Timor tem sido objecto de notícias frequentes e periódicas nos meios de comunicação social de maior audiência a que não serão alheios os participantes deste estudo. Assim a proliferação de notícias sobre Timor terá levado os participantes a calcular erradamente a data dos dois acontecimentos como sendo mais recentes do que efectivamente eram.

O problema da datação de acontecimentos públicos e pessoais é uma questão importante (e.g., Bradburn, Rips, e Shevell, 1985). O efeito de telescopia temporal, ou a ilusão da datação, pode levar as pessoas a estimar erradamente a frequência de acontecimentos a que estiveram sujeitas. Por exemplo, "Quantas vezes nos últimos 12 meses foi vítima de um assalto na rua?"; "Quantas vezes nos últimos 6 meses foi ao teatro?"; "Quantas vezes nos últimos 3 meses sofreu de cefaleias, dores de estômago, ou aperto no peito?" Quando a questão é formulada em termos de "Quantas vezes nos últimos X meses", as respostas dadas podem levar a uma distorção sobre a frequência efectiva dos acontecimentos num grau maior em relação à formulação seguinte "Quantas vezes desde 1 de Janeiro deste ano ...", ou "Quantas vezes desde a Páscoa ...", ou "Quantas vezes desde o início das aulas ...".

Uma forma suplementar de superar esta ilusão será tentar relacionar o acontecimento-alvo-a-datar com outros acontecimentos pessoais importantes mais facilmente datáveis. Se um acontecimento pessoal marcante puder ser correctamente datado e se a relação temporal entre o acontecimento pessoal e o acontecimento-a-datar for conhecida, então será mais fácil calcular e estimar a data do acontecimento-alvo (Loftus e Marburger, 1983; Huttenlocher, Hedges, e Prohaska, 1988).

Este artigo insere-se numa colectânea de homenagem ao estimado Professor Doutor J. Ferreira Gomes. A memória do meu primeiro encontro com o Prof. J. F. Gomes pode servir de ilustração das dificuldades de datação de episódios pessoais, do estabelecimento de relações entre acontecimentos e do envolvimento do processo de raciocínio no cálculo da data.

"A primeira vez que conheci o Prof. J. Ferreira Gomes foi durante um encontro do Ministro da Educação do 4º Governo Provisório com as delegações das Secções de Psicologia das Faculdades de Letras do Porto, Coimbra e Lisboa e que teve lugar no último andar do Ministério da Educação em Lisboa no ano de 1975, numa manhã dos meses de Maio, Junho ou Julho. O objectivo do encontro foi sensibilizar o Ministério da Educação para a criação dos Cursos de Psicologia em Portugal. Deste encontro

recordo-me nitidamente do local onde se sentou o Ministro e o chefe de gabinete ou secretário, a ordem das delegações na mesa, a totalidade dos membros que constituíram as delegações do Porto e Coimbra e uma vaga ideia sobre a delegação de Lisboa. Recordo-me ainda dos membros da delegação de Coimbra vestirem o traje académico, o que me impressionou, e do Prof F. Gomes ter usado da palavra e oferecido ao Ministro um pacote com os volumes publicados da Revista Portuguesa de Pedagogia, procurando assim justificar o trabalho que na Fac de Letras de Coimbra já então se fazia na área. Não consigo recordar-me do que disse o Ministro, nem o representante da delegação de Lisboa e imagino vagamente o que terá dito a representante da delegação do Porto”.

Os elementos descritos neste episódio referentes ao ano, meses e altura do dia seriam avaliados por mim numa escala de incerto-certo pelo valor máximo de certeza. O mesmo grau de certeza seria atribuído à disposição da ordem das delegações na mesa de conversação, à oferta da Revista e talvez do traje académico usado pela delegação de Coimbra. No caso dá traje, a peculiaridade da situação gera-me algumas dúvidas, mas por que razão iria fantasiar uma coisa destas? Por estranho que pareça não me recordo do nome do Ministro da Educação que nos recebeu. Creio que tinha uma formação académica ligada à área de Farmácia. Qual a justificação para o ano de 1975, os meses de Maio a Julho, o período da manhã e o ministro pertencer ao IV Governo Provisório?

As convicções que me levam a calcular a data são as seguintes: O encontro teve lugar durante o ano lectivo, porque não me recordo de ter interrompido as férias de Verão. Também não podia ter sido durante o V Governo Provisório porque governou durante cerca de um mês no Verão de 1975. O encontro não teve lugar durante a vigência do VI Governo Provisório e do 1º Governo constitucional, porque me lembro, não só dos nomes dos Ministros da Educação destes dois Governos, mas também de nunca ter sido recebido por eles. Além disto, sei que foi durante a vigência do 1º Governo constitucional que os Cursos Superiores de Psicologia foram criados por Decreto-Lei. Por exclusão, restam os 4 primeiros Governos Provisórios e suponho que cada um durou alguns meses, porque o mais breve de todos foi o V Governo.

O encontro no Ministério da Educação não deve ter ocorrido durante os meses de Março e Abril de 1975, porque durante a maior parte deste período participei na organização de vários cursos de psicologia com professores da Universidade de Genève e se o encontro tivesse tido lugar antes ou durante este período, teria sido objecto de conversas frequentes, o que não me parece ter acontecido, porque não guardo nenhuma memória.

Os meses mais prováveis são assim Maio, Junho e Julho, altura em que deve ter estado em funções o IV Governo. Se fosse forçado a escolher, optaria pelo mês de Junho.

O encontro teve lugar durante a manhã, porque a delegação do Porto viajou no comboio da noite em carruagem cama, tomou o pequeno almoço numa confeitaria da baixa de Lisboa, seguindo depois para o Ministério. Em síntese, pela minha parte uma datação mais precisa deste encontro é quase impossível de calcular. Ainda hoje não sei em que dia e mês teve lugar o encontro no Ministério, mas talvez o leitor venha a encontrar a resposta num próximo artigo meu.

Bibliografia

- Bohannon, J. N. (1988). Flashbulb memories for the Space Shuttle disaster: A tale of two theories. *Cognition*, 29, 179-196.
- Bradburn, N. M., Rips, L. J., e Shevell, S. K. (1985). Answering autobiographical questions: The impact of memory and inference on surveys. *Science*, 236, 158-161.
- Brown, N. R., Rips, L. J., e Shevel, S. K. (1985). The subjective dates of natural events in very-long-term memory. *Cognitive Psychology*, 17, 139-177.
- Brown, R., e Kulik, J. (1977) Flashbulb memories. *Cognition*, 5, 73-99.
- Christianson, S. A. (1989). Flashbulb memories: Special, but not so special. *Memory & Cognition*, 17, 435-443.
- Colegrove, F. W. (1899). Individual memories. *American Journal of Psychology*, 10, 228-255.
- Conway, M. A., Anderson, S. J., Larsen, S. F., Donnelly, C. M., McDaniel, M. A., McClelland, A. G. R., Rawles, R. E., e Logie, R. H. (1994). The formation of flashbulb memories. *Memory and Cognition*, 22, 326-343.
- Huttenlocher, J., Hedges, L., e Prohaska, V. (1988). Hierarchical organization in ordered domains: Estimating the dates of events. *Psychological Review*, 95, 471-484.
- Lofus, E. F., e Marburger, W. (1983). Since the eruption of Mt. St. Helens, has anyone beaten you up? Improving the accuracy of retrospective reports with landmark events. *Memory & Cognition*, 11, 114-120.
- Neisser, U. (1982). *Memory observed: Remembering in natural contexts*. São Francisco: Freeman.
- Neisser, U., e Harsch, N. (1992). Phantom flashbulbs: False recollections of hearing the news about Challenger. In E. Winograd e U. Neisser (Eds.), *Affect and accuracy in recall: Studies of "Flashbulb memories"* (p.9-31). Cambridge: Cambridge University Press.
- Pillemer, D. B. (1984). Flashbulb memories of assassination attempt on President Reagan. *Cognition*, 16, 63-80.
- Robinson, J. A. (1986). Temporal reference systems and autobiographical memory. In D. C. Rubin (Ed.), *Autobiographical memory* (p. 159-188). Cambridge: Cambridge University Press.
- Rubin, D. C., e Baddeley, A. D. (1989). Telescoping is not time compression: A model of the dating of autobiographical events. *Memory & Cognition*, 17, 653-661.
- Rubin, D. C., e Kozin, M. (1984). Vivid memories. *Cognition*, 16, 81-95.
- Rubin, D.C. (1986). *Autobiographical memory*. Cambridge: Cambridge University Press.

Santos, A. (1923). *Psicologia experimental e pedologia*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

Thompson, C. P., Skowronski, J. J., e Lee, D. J. (1988). Telescoping in dating naturally occurring events. *Memory & Cognition*, 16, 461-468.

Winograd, E., e Killinger, W. A., Jr. (1983). Relating age at encoding in early childhood to adult recall: Development of flashbulb memories. *Journal of Experimental Psychology: General*, 112, 413-422.